



EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: produção da pós-graduação brasileira (2000-2020)

Fabício Santos Dias de Abreu¹

Patrícia Lima Martins Pederiva²

RESUMO

Na busca de compreender o fenômeno da sexualidade de pessoas com deficiência intelectual em intersecção com aspectos educacionais, este artigo analisa as pesquisas realizadas sobre essa temática no âmbito da pós-graduação brasileira entre os anos 2000 e 2020. Foram identificados 14 trabalhos de mestrado categorizados e analisados a partir de seis eixos: 1) confecção de material didático; 2) intervenções com jovens e adolescentes; 3) percepção/formações de/com familiares e professores; 4) contextos institucionais; 5) revisão de literatura; e, 6) violência sexual e reprodutiva contra mulheres. Os materiais examinados apontam para a dificuldade de organização de espaços formativos sobre as sexualidades com pessoas com deficiência intelectual. As raras iniciativas mostram-se esvaziadas de princípios epistemológicos que potencializem a máxima expressão do desenvolvimento humano. O cerne é o currículo prescrito, fortemente impregnado pela noção de que sexualidade se vincula exclusivamente as dimensões preventivas e anatômicas/fisiológicas.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual. Educação Sexual. Estudos de Pós-Graduação.

SEXUALITY EDUCATION AND INTELLECTUAL DISABILITY: a brazilian postgraduate production (2000-2020)

ABSTRACT

In the search of understanding the phenomenon of sexuality of people with intellectual disabilities in intersection with educational aspects, this article analyzes the research carried out on this theme in the scope of Brazilian postgraduate studies between the years 2000 and 2020. Fourteen master's works were identified and analyzed in 06 axes: 1) making of didactic material; 2) interventions with young people and adolescents; 3) perception/training of/with family members and teachers; 4) institutional contexts; 5) literature review; and, 6) sexual and reproductive violence against women. The materials examined points towards to the difficulty of organizing training spaces about sexualities of people with intellectual disabilities. The rare initiatives seem lack epistemological principles that enhance the

¹ Pedagogo, Mestre em Psicologia do Desenvolvimento, Doutorando em Educação. Professor do Centro Universitário Estácio de Brasília e da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Brasil. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-3055-5704>. E-mail: fabra201@gmail.com

² Musicista, Mestra em Educação e Doutora em Educação. Professora da Universidade de Brasília, Brasil. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-4434-6671>. E-mail: pat.ped@gmail.com

maximum expression of human development. The core is the prescribed curriculum, strongly impregnated by the notion that sexuality is associated exclusively to preventive and anatomical/physiological dimensions.

Keywords: Intellectual disability. Sexual education. Postgraduate studies.

EDUCACIÓN EN SEXUALIDAD Y DISCAPACIDAD INTELECTUAL: producción da posgraduação brasileira (2000-2020)

En un intento por comprender el fenómeno de la sexualidad de las personas con discapacidad intelectual en la intersección con los aspectos educativos, este artículo analiza la investigación realizada sobre este tema en el ámbito de los posgrados brasileños entre los años 2000 a 2020. Se identificaron 14 trabajos de maestría, los cuales fueron agrupados y analizados a partir de 06 ejes: 1) elaboración de material didáctico; 2) intervenciones con jóvenes y adolescentes; 3) percepción / formación de / con familiares y profesores; 4) contextos institucionales; 5) revisión de la literatura; y, 6) violencia sexual y reproductiva contra la mujer. Los materiales examinados apuntan a la dificultad de organizar espacios de formación sobre sexualidad con personas con discapacidad intelectual. Las escasas iniciativas parecen carecer de principios epistemológicos que realcen la máxima expresión del desarrollo humano. El núcleo es el currículo prescrito, fuertemente impregnado por la noción de que la sexualidad está exclusivamente ligada a las dimensiones preventivas y anatómico/fisiológicas.

Palabras clave: Discapacidad intelectual. Educación sexual. Estudios de posgrado.

INTRODUÇÃO

A historiografia da educação especial (PESSOTTI, 1994; JANNUZZI, 2012) demonstra que as formas de nomear as pessoas com deficiência sempre carregaram as marcas ideológicas de disputas teóricas que pleiteavam a legitimidade de exercer controle sobre seus corpos e destinos. As diversas palavras utilizadas para designar aqueles que possuem funcionamento cognitivo destoante de uma pretensa normalidade – do idiota à pessoa com deficiência intelectual – refletem uma realidade histórica-ideológica específica. Nessa conjectura, destaca-se o papel desempenhado pela centenária Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento - considerada a maior liderança mundial sobre o assunto. A atual definição, proposta pela entidade em 2010, apoia-se em pressupostos funcionalistas, sistêmicos e bioecológicos. O conceito aponta que deficiência intelectual se caracteriza por limitações significativas, percebida antes dos 18 anos de idade, tanto no funcionamento intelectual quanto

no comportamento adaptativo, que abrange habilidades sociais e práticas cotidianas, incluindo, inclusive, aquelas vinculadas as experiências no campo da sexualidade e do afeto.

Na busca de melhor compreender o fenômeno da sexualidade de pessoas com deficiência intelectual em intersecção com aspectos educacionais, sistematizamos as pesquisas realizadas sobre essa temática no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* brasileira em um recorte temporal de 20 anos (2000-2020). A escolha em analisar as teses e dissertações produzidas durante este período revela-se promissora, pois há um significativo aumento das produções científicas nacionais, em decorrência do crescente número de alunos e cursos, e das profundas expansões do ensino superior nestas duas décadas (SOUZA, FILIPPO E CASADO, 2018).

É também neste recorte temporal que as investigações sobre gênero e sexualidade no campo da educação começam a despontar de forma robusta no meio acadêmico. Unbehaum (2014), por exemplo, sinaliza que nos anos 2000 há um expressivo crescimento de organizações científicas cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq que se dedicam a produção de conhecimento sobre essas temáticas. No campo da educação especial esse delineamento histórico também se mostra profícuo, pois no decurso das duas primeiras décadas dos anos 2000 importantes tratados internacionais sobre a eliminação do preconceito e de garantia de direitos das pessoas com deficiência foram incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro e impactaram diretamente a organização da educação, tais como a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2009). Neste período registra-se ainda o fortalecimento da agenda de gênero na educação, com a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade³.

³ É importante ressaltar que em meados de 2016 há um retrocesso significativos no que tange as políticas públicas que envolvem sexualidade, gênero e deficiência no Brasil. Com o avanço de uma ordem conservadora, que se fortalece com a ascensão de Michel Temer e a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da república, a deficiência, por exemplo, começa a ser analisada por matizes assistenciais e integracionistas e sexualidade e gênero, por sua vez, são atravessadas por discursos religiosos que nada concorrem para a garantia de direitos.

Nosso objetivo ao inventariar a produção do conhecimento neste campo foi apreender a evolução científica, a fim de identificar contradições e lacunas que futuros trabalhos pudessem contribuir para dirimir. Traçar o percurso histórico de um objeto do conhecimento possibilita ao pesquisador operar com um instrumento que funciona como “um mapa que nos permite continuar caminhando; o estado da arte é também a possibilidade de tecer discursos que à primeira vista se apresentam como descontínuos ou contraditórios” (MESSINA, 1998, p. 145). O acesso os trabalhos analisados deram-se via Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações⁴ recuperados no primeiro semestre de 2020 a partir da utilização dos seguintes descritores: sexualidade e deficiência intelectual/deficiência mental; educação sexual e deficiência intelectual/deficiência mental e educação em sexualidade e deficiência intelectual/ mental.

Por esse procedimento foram identificados 14 trabalhos, todos elaborados como dissertações de mestrado. Destes verificou-se que 11 possuíam relações diretas com contextos educativos ou práticas pedagógicas, mesmo quando não pertencentes diretamente aquelas áreas do conhecimento (AMARAL, 2004; MELO, 2004; SANTOS, 2007; ALBUQUERQUE, 2007; MORALES, 2008; SODELI, 2010; OLIVEIRA, 2014; PALIARIN, 2015; KRUGER, 2017; VIEIRA, 2017; SHIAVON, 2018) e os outros três tratavam sobre questões que envolvem mulheres com deficiência intelectual em contextos de violência sexual e reprodutiva (RÉGIS, 2013; SANTOS, 2015; SILVA, 2016). Devido ao quantitativo diminuto de materiais acessados e por entendermos que a violência sexual se intersecciona às discussões educacionais, principalmente no que tangencia a oferta de educação em sexualidade, decidimos incluir esses últimos. Para a categorização e análise os trabalhos recuperados estão divididos em seis eixos analíticos, a partir dos objetivos, das temáticas e discussões travadas com maior ênfase, a saber: 1) confecção de material didático (KRUGER, 2017; VIEIRA, 2017); 2) intervenções

⁴ A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (<http://bdtd.ibict.br/>) é uma plataforma *on-line* integrada aos sistemas de informação existentes nas instituições de ensino superior e pesquisa do Brasil. É coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), vinculado ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação do governo brasileiro.

com jovens e adolescentes (MORALES, 2008, SODELI, 2010; PALIARIN, 2015; SHIAVON, 2018); 3) percepção/formações de/com familiares e professores (AMARAL, 2004; MELO, 2004, ALBUQUERQUE, 2007); 4) contextos institucionais (OLIVEIRA, 2014); 5) revisão de literatura (SANTOS, 2007); e, 6) violência sexual e reprodutiva contra mulheres (RÉGIS, 2013; SANTOS, 2015; SILVA, 2016).

ANÁLISES E DISCUSSÕES

No primeiro eixo de análise (confeção de material didático) destacam-se os trabalhos de Kruger (2017) e Vieira (2017). Essa, no intuito de proporcionar estratégias e metodologias de ensino sobre questões relacionadas a educação em sexualidade para jovens com deficiência intelectual de uma classe especial, criou o jogo de tabuleiro Caminho da Vida. Para tanto estruturou a pesquisa em fases: conversas com os familiares, participação em aulas para avaliar conhecimentos prévios e interesses dos alunos e, por fim, confecção e aplicação do jogo. Este é uma competição em equipes organizado a partir de cartas de perguntas, que visam proporcionar reflexões conceituais sobre comportamentos e hábitos ligados a três áreas: higiene e alimentação, autocuidado e educação em sexualidade. A autora aponta que os alunos investigados apresentam dúvidas sobre o manejo da sexualidade e do autocuidado, e utilizam vocabulário reduzido quanto às nomenclaturas e terminologias científicas relacionadas ao corpo humano. Portanto, é mister que os projetos pedagógicos da educação especial criem estratégias mais eficazes que possibilitem o acesso as informações relacionadas à sexualidade e, ao corpo.

Na mesma linha, com o objetivo de confeccionar um material didático para subsidiar a atuação de professores em temas que envolvam a sexualidade, Kruger (2017) realizou entrevistas com docentes e equipe gestora, e encontros com alunos do primeiro ano do ensino fundamental de uma escola pública. A intenção foi avaliar as demandas e alinhar de forma coerente a proposta a faixa etária escolhida. Após a aplicação de cinco oficinas com os alunos (sobre corpo humano, identidade, Estatuto da

Criança e do Adolescente etc.) a autora criou e executou um jogo de cartas coletivo intitulado “Me conhecendo”. Para o desenvolvimento da atividade foi necessário que cada grupo retirasse uma cédula temática (sobre corpo, relações familiares, e bullying, entre outros) e através de mímicas, narrativas, músicas etc. deveriam tratar da questão sorteada. Apesar de o título da dissertação intuir que se trata de um estudo sobre sexualidade e deficiência intelectual, percebemos que essa temática não foi aprofundada ao longo da pesquisa, pois de um universo de 120 crianças participantes apenas uma possuía uma possibilidade diagnóstica de deficiência intelectual: “a escolha do primeiro ano deveu-se ao fato da existência de uma aluna com deficiência intelectual, embora o diagnóstico da Secretária de Educação sobre a mesma seja inconcluso” (p. 67). Na descrição da aplicação do jogo há apenas a informação de que esta estudante “jogou como todos os alunos, só ficou um pouco mais ansiosa para chegar sua vez” (p. 107), sem mais problematizações ou análises.

No segundo grupo de trabalhos, que reúne aqueles com propostas de intervenções com jovens e adolescentes, foram encontrados quatro estudos (MORALES, 2008, SODELI, 2010; PALIARIN, 2015; SHIAVON, 2018). A pesquisa feita por Schiavon (2018) partiu da premissa de que a sexualidade é uma constante do desenvolvimento humano independente de padrões de normalidade. Assim, define como necessário investigar o que narram jovens com deficiência intelectual sobre sexualidade com o intuito de melhor compreender suas demandas para uma vida autônoma e inclusiva. Para responder a este objetivo foram organizadas três oficinas com seis alunos não alfabetizados de idade entre 15 e 31 anos, de uma instituição de educação especial. A escolha dos membros deste grupo foi feita em função do “(...) grau de deficiência intelectual dos mesmos, onde se optou por alunos que pudessem compreender o conteúdo” (p. 49). A condução das oficinas gravitou entorno do curta-metragem em formato de desenho animado sob título “Minha vida de João”, que aborda temas como violência doméstica, experiência sexual, gravidez, infecções sexualmente transmissíveis etc. Após a exibição, os alunos, a pedido da pesquisadora,

desenharam as situações que mais chamaram a atenção na narrativa cinematográfica, explicando-as oralmente. Pelas produções gráficas e relatos divulgados no texto de dissertação percebe-se que a violência contra os animais (abordado no curta como um atributo de reforço de padrões de masculinidades) foi uma das questões que mais mobilizaram os alunos. A partir disso, intuitivamente e sem elementos concretos para tal, a pesquisadora afirma que os alunos compreendem questões que envolvem a violência doméstica, e que possivelmente são vítimas de ações deste tipo. Sodelli (2010), de forma mais assertiva, sinaliza a partir dos relatos dos sujeitos da sua pesquisa, que pessoas com deficiência estão mais vulneráveis a situações de violência física, psicológica e sexual, fato também apontado no trabalho de Abreu e Silva (2021) sobre surdos homossexuais.

A pesquisa empreendida por Sodelli (2010) partiu de uma análise de literatura indicativa de que as políticas públicas de prevenção ao contágio por HIV/Aids não se interseccionam com os debates sobre a deficiência produzindo, assim, vulnerabilidades e raras ações educativas voltadas para este público. A partir dessa problemática a autora buscou analisar, através de narrativas individuais, aspectos que influenciam na fragilidade para a infecção por HIV/Aids de jovens acima de 18 anos com deficiência intelectual. Os relatos apontam que as informações dos sujeitos sobre experiência sexual estão atreladas as noções de controle e regulação da reprodução, o que ocasiona a vinculação da sexualidade exclusivamente ao ato sexual. Os jovens que já iniciaram a vida sexual demonstram desconhecimento sobre outras infecções sexuais transmissíveis e confusão sobre noções que envolvam gravidez e métodos contraceptivos. Aqueles que ainda não principiaram expressam incompreensão sobre a realização e manejo de atos sexuais. Os dados apresentados por Schiavon (2018) demonstram, na mesma linha, que os sujeitos por ela investigados possuem limitada noção sobre as diversas infecções sexualmente transmissíveis e suas formas de contágio, reduzindo-as ao HIV/Aids e ao sexo penetrativo sem uso de preservativo.

Sodeli (2010) percebeu que jovens com atributos públicos da deficiência tendem a ter relações afetivas e sexuais de forma intragrupal, já aqueles que as características não são de fácil percepção, têm mais possibilidades de se relacionarem com parceiros sem deficiência. Outro ponto importante sinalizado pela pesquisa diz respeito a exposição a violência sexual: dos oito participantes do estudo dois relataram casos de abuso/estupro, porém, esse fato foi analisado de forma breve. No entanto, para nós, esse fato é elemento fundamental para se compreender a vulnerabilidade social (não apenas ao HIV/Aids) de pessoas com deficiência intelectual. A pesquisa aponta ainda que os jovens possuem capacidade para exercerem uma vida sexual ativa e anseiam por isso, porém, é necessário que se proporcione espaços de acesso à informação e reflexão sobre questões que envolvem a sexualidade e as responsabilidades (individuais e coletivas) imputadas pela sua prática. A pesquisadora assevera que os espaços escolares que atendem a esse público devem incluir nos currículos essas temáticas “para que o jovem receba informações e instrumentos para prepara-se melhor para o movimento inclusivo que não está restrito ao pedagógico e laboral” (SORDELLI, 2010, p.134).

O estudo de Paliarin (2015) objetivou compreender como um grupo de alunos com deficiência intelectual, de idade entre 14 a 26 anos de uma instituição de educação especial, percebem e vivenciam sua sexualidade. Para tanto foram organizadas sete oficinas com dois grupos de sujeitos que abordaram temáticas como sexualidade, preconceito, aparelhos reprodutores, infecções sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos. Por mais que a autora defenda ao longo da discussão teórica a universalidade da oferta de educação em sexualidade para esse público, a escolha dos sujeitos de pesquisa, feito por uma profissional da instituição, parte de princípios segregadores, pois a inclusão “pontuou-se no argumento de que nem todos os alunos conseguiriam participar e compreender os conteúdos” (p.56). O discurso institucional, validado pela pesquisadora, é que a sexualidade precisa ser trabalhada, enquanto proposta pedagógica, apenas para aqueles alunos que, pelo olhar e

avaliação do outro, possuem uma pretensa capacidade cognitiva para exercê-la.

O trabalho de Paliarin (2015) demonstra que os jovens, apesar de ávido desejo, não se sentem preparados para exercerem experiências sexuais e afetivas, e não encontram na família e na escola um espaço adequado e acolhedor para sanarem suas dúvidas sobre questões que envolvem essas vivências. Aponta também que os sujeitos investigados não possuem conhecimentos biológicos básicos sobre seus corpos, pois os professores se negam a incluir nos seus planejamentos conteúdos que envolvam os aparelhos reprodutores. A ênfase dada por Paliarin (2015) nas oficinas ministradas orbitam majoritariamente entorno de questões orgânicas/corporais e preventivas. A sexualidade é também entendida pela autora como uma característica inata – “instintos biológicos e psicológicos aflorarem” (p. 89) – em que aspectos históricos, sociais e políticos pouco incidem. Por mais que o estudo apresente lacunas, pelo foco restritivo e biológico com que trata a sexualidade, há defesas importantes, principalmente aquelas asseverando que jovens com deficiência intelectual (o perfil pesquisado) possuem necessidade e capacidade de aprendizagens sobre sexualidade e que, portanto, o acesso a esse assunto é um direito fundamental para se alargar a perspectiva da inclusão social.

A pesquisa de Morales (2008), por sua vez, buscou descrever as formas como jovens adultos com deficiência intelectual, de idade entre 17 e 33 anos, apropriam-se das práticas sociais relacionadas a sexualidade. Para responder a este objetivo a pesquisadora ministrou, juntamente com uma professora, cinco aulas do Programa de Orientação Sexual de uma instituição especializada para alunos com deficiência que versavam sobre: corpo, relações afetivo-sexuais, reprodução, higiene e prevenção a infecções sexualmente transmissíveis. Assim como no trabalho de Paliarini (2015) as temáticas das aulas/oficinas parecem partir de uma base curricular prescritas previamente pelas pesquisadoras sem muito envolvimento dos alunos – das suas demandas e anseios. Mesmo que em Morales (2008) perceba-se mais liberdade de inclusão e aprofundamento de discussões,

que surgem de maneira inesperada no desenrolar dos encontros, a flexibilização é momentânea (encerra-se no espaço da aula), e a experiência não modifica o que foi delineado inicialmente pela pesquisadora para os encontros futuros. Outro ponto que, à primeira vista, pode parecer confluir entre os dois trabalhos, é a estratégia de construção de dados ser estruturada pela formação de grupos/oficinas. Porém, em Paliarini (2015) a interação entre os participantes aparenta ser mínima, competindo à pesquisadora exercer uma posição docente expositiva. Já em Morales (2008) há uma transitoriedade nas vozes e os alunos vão compartilhando conhecimentos prévios entre si sob a orientação da professora e da pesquisadora: “dessa forma, os colegas passaram a também mediar o processo de apropriação de valores e normas culturalmente prescritos para o namoro” (MORALES, 2008, p. 41). Schiavon (2018) também fez a opção metodológica por oficinas, porém, não se percebe no trabalho uma ação coletiva e colaborativa de fato. Há apenas a condução interrogativa da pesquisadora, que muito se assemelha a uma entrevista, pois em nenhum momento as vozes dos alunos que compõem aquele grupo se interceptam.

O estudo de Morales (2008) aponta que os alunos apresentam relativa dificuldade na compreensão de conceitos relacionados às vivências da sexualidade e do afeto, e equívocos na apropriação de comportamentos sociais esperados sobre essas questões. Porém, esse fato não se relaciona a deficiência em si, mas ao isolamento, tutela, e a não oferta de orientações adequadas por parte da família e da escola. Assim, a escala de compreensão sobre a sexualidade (valores, normas e práticas individuais e sociais) dos sujeitos da pesquisa contestaria as concepções correntes de senso comum de que a pessoa com deficiência intelectual não teria capacidade cognitiva para aprender conteúdos e comportamentos.

O terceiro conjunto de estudos compreende aqueles que abordam a percepção/formações de/com familiares e professoras (AMARAL, 2004; MELO, 2004, ALBUQUERQUE, 2007). A partir da defesa de que as bases dos comportamentos sexuais de jovens com deficiência intelectual têm origem

na família, sendo essa, portanto, juntamente com a escola, responsável pelo processo de educação em sexualidade, Amaral (2004) investigou por meio de entrevistas semiestruturadas, as mudanças de concepções e condutas de oito familiares, antes e depois, de participarem de um programa de orientação sexual ofertado pela pesquisadora. O curso versou sobre o conceito de sexualidade humana, desenvolvimento sexual da pessoa com deficiência intelectual, exercício da sexualidade e o papel da família nesse processo. Os programas desenvolvidos por Morales (2008) e Paliarin (2015), mesmo que para um público distinto do de Amaral (2014), optaram por uma condução temática focada majoritariamente em aspectos biológicos e preventivos. Amaral, por sua vez, organizou a ação formativa a partir da desconstrução de preconceitos e na análise de como os fatores sociais incidem de maneira negativa na constituição da sexualidade da pessoa com deficiência intelectual. Os participantes desse programa foram selecionados em duas instituições de ensino exclusivas para alunos com deficiência considerando a idade dos filhos, que deveriam ter acima de 12 anos, e o grau de comprometimento intelectual considerado leve ou moderado.

Da mesma forma como nas pesquisas de Palliarini (2015) e Schiavon (2018), mais uma vez se estabelece como recorte para o exercício pleno da sexualidade e o acesso à educação em sexualidade, a vinculação a um pretense grau cognitivo ditado pelos saberes biomédicos e psicológicos. As pesquisas analisadas parecem demonstrar que as instituições (escolares, familiares e científicas) detém o poder de validação do desejo ao afeto e à sexualidade. Essa contradição encontrada nos três trabalhos é bastante sutil, pois, ao longo da construção teórica de ambos existe a defesa de que a deficiência intelectual não impede o exercício da sexualidade, porém, na seleção dos participantes colocam-se interditos relacionados a uma pretensa capacidade cognitiva sem grandes explicações.

As discussões feitas por Amaral (2004) apontam que as famílias não estão comprometidas com a educação em sexualidade de seus filhos por timidez, constrangimento ou desconhecimento da melhor abordagem,

apesar de reconhecerem a importância dessa formação para o desenvolvimento da autonomia e efetivação da inclusão social. Após participarem do programa de educação em sexualidade foi possível observar mudanças de repertório, pois passaram a enunciar que os filhos possuem desejos eróticos e afetivos, e poderiam desenvolver capacidades para entenderem questões alusivas à sexualidade. Porém, ainda os percebem como detentores de habilidades parciais para o controle das manifestações sexuais e estabelecimento de vínculos afetivos (principalmente aqueles atrelados a namoro, casamento e descendência).

A elaboração desenvolvida por Albuquerque (2007) percebeu que era recorrente na literatura científica a proposição que pais e professores encontram dificuldades para abordarem nos ambientes familiares e pedagógicos questões que envolvem a sexualidade da pessoa com deficiência intelectual. Impulsionado por essa premissa o trabalho teve por objetivo investigar o que pensam familiares e docentes de instituições especializadas sobre a expressão da sexualidade daquele público, antes e depois, da implementação de uma formação nesta área. Para tanto foram realizadas entrevistas pré-intervenção, com o intuito de melhor organizar o programa de formação, e pós-intervenção, para verificar se a ação engendrou mudança de opiniões e mobilização de reflexões entre os participantes. Essa organização metodológica muito se assemelha a concebida por Amaral (2004), pois ambas fazem inicialmente entrevistas com os participantes a fim de estruturarem a formação a partir das demandas do público a que se destina, e não apoiado apenas no que o pesquisador considera como oportuno, conforme percebemos no trabalho de Paliarin (2015) e Sodeli (2010).

O curso ofertado por Albuquerque (2007), assim como o de Amaral (2004), parte de uma noção de sexualidade para além das questões puramente biológicas ao abordar os mitos que circundam a sexualidade da pessoa com deficiência intelectual, o papel da escola e da família, relações afetivo-sexuais (namoro, casamento, maternidade/paternidade) e etc. Já nos trabalhos de Morales (2008), Paliarin (2015) e Sodeli (2010), voltados

exclusivamente para pessoas com deficiência intelectual, o foco encontra-se, majoritariamente, em questões orgânicas centradas na prevenção a infecções sexualmente transmissíveis e gravidez, coito, hábitos de higiene, masturbação, aparelhos reprodutores etc. Isso aponta que há uma diferença qualitativa na escolha das informações entre as pesquisas analisadas; quando as ações são destinadas diretamente às pessoas com deficiência os conteúdos aproximam-se de noções clássicas de educação em sexualidade, de base biológica e preventiva; quando direcionada a pais e professoras parte-se de noções mais amplas, que incluem aspectos políticos, históricos e afetivos.

Ao fim da ação formativa e aplicação das entrevistas Albuquerque (2007) constatou que os familiares redimensionaram seus olhares: começaram a perceber seus filhos como sujeitos sexuados que manifestam desejos e necessidades afetivas. As expressões da sexualidade foram entendidas com menos desembaraço e passíveis de orientações, o que ora era compreendido como comportamento inadequado passou a configurar falta da oferta de educação apropriada nesta área. No campo docente foi identificada uma melhor percepção sobre a importância da sexualidade (e de sua educação) para a inclusão da pessoa com deficiência intelectual, assim como um olhar mais apropriado e respeitoso (menos castrador e julgador) para os interesses sexuais e afetivos demonstrados pelos alunos. Os dados ainda demonstram aumento no preparo e segurança dos professores para lidarem com situações que surgem em sala de aula relacionadas a sexualidade, além de terem adquirido noções de sexualidade pautadas em aspectos relacionais e afetivos.

Para compor sua pesquisa Melo (2004) entrevistou professoras que lecionavam para alunos com deficiência intelectual em classes especiais e comuns, com o intuito de analisar seus discursos sobre educação em sexualidade. A narrativa docente aponta um entendimento de senso comum sem qualquer elaboração científica, classificando a sexualidade daquelas pessoas ora como descontrolada e sem limites, ora como ingênua ou inexistente. Essa dualidade compõe um dos mitos de maior força

percebido e combatido pelos estudos da sexualidade e deficiência, já indicado nas produções da década de 90 do século XX (MILITÃO, 1991; RIBEIRO, 1995) e na literatura clássica da área (FÉLIX, MARQUES, 1995; GIAMI, 2004; SPROVIERI & ASSUNPÇÃO JR, 2005; MAIA, 2006; GLAT & FREITAS, 2007).

O trabalho de Melo (2004) aponta a compreensão restrita dos docentes de que a educação em sexualidade se limita ao mero ensino da anatomia/fisiologia sexual e de estratégias de prevenção a gravidez e as infecções sexualmente transmissíveis. Também constatou que o diálogo é a principal ferramenta utilizada para tratar as questões relacionadas a sexualidade, porém essas enunciações não fazem parte de uma atuação planejada, mas surgem no cotidiano a partir de questões que necessitam de intervenção imediata (como em caso de namoros ou masturbações em sala de aula). Os discursos dos professores, na sua maioria, não se alinham a diretrizes educativas, mas reverberam preconceitos, vinculações político-religiosas e coerções. Albuquerque (2007) percebeu algo semelhante e sinaliza que poucos professores/as conversam de forma aberta e adequada sobre essas temáticas. Os diálogos ocorrem apenas para resolver questões pontuais, e os professores tendem a assumir uma postura coercitiva e não educativa (intencional e planejada).

A etnografia de Oliveira (2014) filia-se ao eixo que busca analisar contextos institucionais. Seu trabalho descreveu as normatividades regulatórias que circulam em uma associação especializada de educação especial sobre a sexualidade dos alunos com deficiência intelectual examinando documentos (prontuários). A partir desse trabalho teceu um apurado olhar sobre as ações de professores, profissionais e alunos. Assim como já anunciado pela literatura (MAIA, 2006; GIAMI, 2004; GLAT & FREITAS, 2007), o antropólogo percebeu que na instituição pesquisada existia uma cultura organizacional de infantilização das práticas e narrativas direcionadas aos alunos com deficiência. Esse fato incide inclusive nas pesquisas conforme percebemos em Schiavon (2018) quando se refere aos seus sujeitos estudados: “Pesquisadora: Vamos lá, então, conta pra tia (p. 63). Pesquisadora: Certo. A bolinha pequenininha no pezinho” (p. 67)”.

Oliveira (2014) defende que ao se colocar as pessoas com deficiência intelectual no papel de eternas crianças o intuito é demarcar uma pseudo incapacidade de operar de forma autônoma. Essas ações circunscrevem que “diferentemente das crianças, a infantilização atribuída às pessoas com deficiência intelectual não é passageira ou circunstancial, mas sim uma condição imutável de vida (p. 84). A infantilização da deficiência intelectual também é percebida nas análises de Santos (2007) que aponta nessa visão a tentativa de dessexualizar os sujeitos, colocando-os como “um anjo, cuja ingenuidade não permite que se desenvolva neste qualquer desejo, interesse sexual, práticas de auto-exploração ou ato sexual” (p. 73).

A pesquisa de Oliveira (2014) demonstra que os alunos buscam informações relacionadas a sexualidade, desejam satisfazer seus desejos e experimentar prazeres afetivos-sexuais, porém, os professores agem como reguladores apontando que essas forças de expressão são medíocres e deficitárias. O estudo também indicia que na instituição analisada, a educação em sexualidade, por ser considerada um assunto complexo, era ofertada apenas aos alunos encarados como mais desenvolvidos, e de responsabilidade da psicóloga. Interessante essa constatação de que naquele contexto a sexualidade não era um elemento curricular que pudesse ser tratado de forma pedagógica (planejada e intencional) em sala de aula, mas necessitava ser ministrada por um especialista em um contexto de abordagem clínica. Essa ação parece legitimar que existem campos específicos do conhecimento que estão hierarquicamente validados se pronunciarem sobre sexualidade. Outro ponto que chama a atenção é a forma como se desenrolava essa formação: explicações simplistas e repetitivas, baixa expectativa de apreensão, grupos divididos por gêneros e temáticas qualitativamente distintas para mulheres ou homens.

No eixo destinado a pesquisa que fizeram revisão da literatura foi recuperado apenas o trabalho de Santos (2017) que, fundamentada em uma abordagem foucaultiana, disserta sobre a capacidade do saber científico produzir discursos de verdade, legitimados pela comunidade acadêmica e reconhecidos pela sociedade. A partir dessa premissa analisou

os argumentos de saber-poder produzidos de 1991 a 2004 em 10 dissertações/teses sobre a sexualidade de pessoas com deficiência intelectual. A autora critica o que é um imperativo em todos os trabalhos analisados, de que a educação em sexualidade proporcionaria uma melhor inclusão social como “uma espécie de receita médica, um remédio para os “problemas” desses alunos” (p. 131). Aponta, por exemplo, que a tentativa de ensinar a necessidade da prática da masturbação em locais privados parte de um viés normatizador “que dita absolutamente tudo o que é certo e o que é errado, que classifica e separa o normal do anormal” (p. 118).

Discordamos diametralmente da pesquisadora, pois partimos do princípio de que a vivência das sexualidades envolve a clareza das dimensões do público e do privado, assim como atitudes éticas para consigo e para o outro. A apropriação dessas noções não é inata, mas essencialmente aprendida em um contexto social por meio de processos educativos. No humano a sexualidade deixa de ser regida unicamente por impulsos biológicos, e passa a compor uma esfera simbólica (mediada e relacional) em que “o instinto sexual exige adaptações a estrutura social” (VIGOTSKI, 2003, p. 94).

No último eixo destacamos as pesquisas de Régis (2013), Santos (2015) e Silva (2016) que abordam a questão da violência sexual e reprodutiva contra mulheres com deficiência intelectual. Na nossa avaliação estas discussões, que emergem no campo científico brasileiro após 2010, são de extrema importância para a educação, pois denunciam a vulnerabilidade deste grupo social e a ineficiência do Estado em estabelecer políticas públicas efetivas de assistência e proteção. Essa realidade encontra materialidade nas informações apresentadas por Cerqueira, Coelho e Ferreira (2017) que, ao analisarem dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do ministério da Saúde no ano 2014, perceberam que os casos de estupro no Brasil são marcados pela vulnerabilidade das vítimas relacionada à idade (aproximadamente 70% eram crianças ou adolescentes), à deficiência (cerca de 10% dos casos totais) e ao tipo de deficiência (mais de 50% dos casos eram de pessoas

com deficiência/transtorno mental/intelectual). Essa porcentagem também é verificada em Santos (2015) ao informar que no Hospital Pérola Byinton, São Paulo, foram realizados 220 abortos legais entre 2012 e 2013, sendo que, em média, 10% foram em mulheres com deficiência intelectual. Defendemos que uma das formas de prevenção, e de dirimir este problema, encontra-se na oferta de educação em sexualidade para pessoas com deficiência, conforme já recomendado desde 1993 pela Organização das Nações Unidas nas Normas para Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência. O indicativo, estabelece que este público é particularmente vulnerável ao estupro/assédio sexual/importunação sexual na família, na comunidade ou em instituições e necessita ser instruído sobre como evitar e denunciar tais atos. O que percebemos é que pessoas com deficiência intelectual são desterradas de seus corpos, desejos e afetos. Na tentativa de dessexualizá-las não se ensina conteúdos primários relacionados a educação em sexualidade, conforme pode ser visto em um relato de estupro trazido na pesquisa de Santos (2015): "Carlos abaixou a calça, mandou eu ficar de quatro, ele ficou de pé e começou a colocar um negócio comprido que tinha no corpo dele, eu não sei como chama" (p. 41).

Wanderer (2012) adverte que o fato de a escola e a família não fomentarem uma discussão eficaz sobre a sexualidade para pessoas com deficiência ocasiona um desempoderamento para as vivências eróticas e afetivas, e uma não agencialidade para a denúncia no caso de abuso. Na mesma linha, Ferreira (2008) argumenta que as pessoas com deficiência estão em risco de violência sexual por dois fatores: primeiro, por serem sujeitos invisíveis socialmente; e, segundo, pela consciência do agressor de que o risco de denúncia do abuso é praticamente inexistente, pois com frequência a pessoa com deficiência está isolada e sem apoio (familiar e escolar). Maia e Ribeiro (2010), por sua vez, chamam a atenção para o fato de que, ao considerar a pessoa com deficiência como um sujeito não dotado de sexualidade, negligenciam-se os cuidados com situações de abuso.

Silva (2016) interessou-se em compreender, por meio de entrevistas semiestruturadas, como a equipe multidisciplinar de acolhimento de um hospital presta assistência às mulheres com deficiência intelectual vítimas de violência sexual. Os profissionais relatam a dificuldade dos atendimentos, sem espaços adequados que garantam a privacidade e a proteção da vítima, e a complexidade de conduzir intervenções específicas que respondam as peculiaridades deste público, pois não existem protocolos que orientem sobre estes casos ou formações sobre o tema. Interessada também no manejo de instituições de saúde, Santos (2015) analisou prontuários de 13 mulheres com deficiência intelectual que sofreram violência sexual, e foram submetidas ao aborto legal⁵. A autora percebeu que o perfil das vítimas era marcado por baixa escolaridade (maioria analfabetas), jovens (idade entre 17 a 33 anos) e pobres, e os agressores, preponderantemente, pertenciam a zona de convívio doméstico e familiar das jovens (pais, padrastos, cunhados, irmãos, tios). Em todos os casos a decisão pela realização do aborto foi adotada pela responsável legal (mães, avós ou tias). O trabalho de Santos (2015) sinaliza que, dos casos analisados, em quase todos (12 de 13), as mulheres tiveram o estupro como a primeira experiência sexual penetrativa, o que traz efeitos perversos para o desenvolvimento da vivência sexual e afetiva, que passa a ser transversalizada pela culpa e pelo medo, conforme apontado em Abreu (2021).

O estudo de Régis (2016), por sua vez, investigou as narrativas de familiares sobre a esterilização involuntária de 23 mulheres com deficiência intelectual sob sua tutela. A pesquisadora, ao desvendar os itinerários dessa modalidade de esterilização, aponta que há uma banalização do procedimento por parte da família e dos médicos, colocando-o como necessário e benéfico para a mulher. As motivações envolvem cessar a menstruação, evitar gravidez e proteger de violência sexual (mesmo não tendo nenhuma comprovação dessa relação). Foi percebido também que a prática se efetiva sem seguir minimamente o que apregoa o ordenamento

⁵ No ordenamento jurídico brasileiro o aborto é considerado crime. Porém, o artigo 218 do Código Penal prevê legalidade para o ato quando a gravidez for decorrente de estupro ou quando a vida da gestante estiver em risco. Desde 2012, por decisão do Superior Tribunal de Justiça, também há permissão para interrupção de gravidez de feto anencéfalo.

jurídico brasileiro com base, na ainda em vigor, Lei 9263 (Lei do Planejamento Familiar) de 12 de janeiro de 1996. Essa assegura que a submissão a esterilização só pode ser concedida a pessoas com capacidade civil plena e com idade superior a 25 anos ou com dois filhos vivos. Caso esse fator fosse aplicado aos casos analisados por Régis (2016) apenas três mulheres (de 23) seriam elegíveis. Essa mesma deliberação permite que a pessoa com deficiência, ao ser considerada incapaz, seja esterilizada de forma involuntária mediante autorização judicial requerida pelos responsáveis legais, porém, nos dados da investigação apenas três famílias seguiram esse trâmite. Essas constatações levaram a pesquisadora a afirmar que a esterilização destas pessoas, no Brasil, parece ocorrer ilegalmente sem grandes empecilhos, facilitado por médicos conhecidos (quando ocorre no Sistema Único de Saúde), ou viabilizado por ordens financeiras (plano de saúde ou pagamento em espécie). Por fim, e não menos cruel, a autora denuncia que a participação das mulheres no processo decisório sobre a esterilização foi insignificante, competindo a família o veredicto final, tal como também apresentado por Santos (2015) nos casos de aborto.

Com o despontar da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) em 2015, que atualiza o Código Civil, queremos crer que as situações trazidas por Santos (2015) e Régis (2016) sobre as violações de decisões sobre os corpos de mulheres com deficiência intelectual façam parte do passado. Requião (2016) aponta que até a promulgação da lei de 2015, historicamente no âmbito judiciário brasileiro, a pessoa com deficiência intelectual era considerada incapaz, alguém que não conseguia gerir seus atos e que, portanto, necessitava de outrem para determinar e conduzir suas ações. O que se instaura de novo é a retirada desta parcela da população da condição automática de incapacitados, porém, ainda se permite que em determinados casos o sujeito possa ser submetido ao regime de curatela, como medida protetiva extraordinária, para atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. Fica fora do domínio do curador, sendo atos exclusivos da pessoa, o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao

matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto, conforme apregoa o artigo 85 parágrafo 1º da LBI (BRASIL, 2015).

A pesquisa bibliográfica por nós empreendida demonstra a escassez de trabalhos que abordem a sexualidade da pessoa com deficiência intelectual no âmbito da pós-graduação brasileira. No recorte temporal de 18 anos foram localizadas apenas 14 dissertações de mestrado e nenhuma tese de doutorado, com predominância de 57% (8/14) em instituições universitárias localizadas na região sudeste. Porém, essa prevalência não é pulverizada geograficamente, mas concentra-se em apenas dois programas de pós-graduação específicos em educação especial ou educação sexual. Há também um domínio de 57% (8/14) dos trabalhos pertencerem diretamente a área de educação, denotando que, historicamente, as questões relacionadas à deficiência no Brasil foram reduzidas ao acesso à escola, sendo tratadas como um problema pedagógico e não multidisciplinar (que deveria mobilizar, além da educação, a saúde, a assistência, o direito, etc.)

O conjunto do material analisado demonstra que apenas 28% (4/14) das pesquisas abordam diretamente a temática pelo viés das narrativas dos sujeitos com deficiência e/ou com programas pedagógicos direcionados a eles. Disso podemos intuir a permanência, mesmo que de forma velada ou não intencional, da concepção de incapacidade destes indivíduos de falarem/opinarem sobre seus corpos, sexualidades e afetos. Mesmo em pesquisas que acessam diretamente estas pessoas, percebemos que existe o delineamento de um perfil cognitivo idealizado para o êxito do trabalho em educação em sexualidade e uma metodologia educativa baseado em conteúdos prescritos previamente pelos pesquisadores. Nesses termos nos perguntamos: como é possível instituir bases de uma educação em sexualidade pautada em princípios excludentes e sem vinculá-la a vida dos sujeitos a qual se destinam? Partir das concepções que engendram olhares restritivos e concebem a prática formativa como um produto acabado/delineado pelo pesquisador, a ser adquirido pelos colaboradores

da pesquisa, em nada concorrem para uma educação social e emancipadora⁶.

Dos trabalhos que tratam da sexualidade da pessoa com deficiência intelectual com o foco nas narrativas e participação dos próprios sujeitos percebe-se a unanimidade do recorte etário relacionada a adolescência, ou juventude. Porém, na maioria deles esta opção parte de noções maturacionais que vinculam aquelas fases do desenvolvimento humano às tensões emocionais e ao avivamento da sexualidade. Em nenhuma das pesquisas há uma leitura cultural desses fatos, ou se problematiza os impactos no psiquismo engendrados pelas demandas sociais impostas pela maturação sexual. A adolescência é um período singular que não pode ser reduzido apenas a mudanças hormonais, amadurecimento dos órgãos sexuais ou desarranjos comportamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados da pesquisa bibliográfica apontam para a dificuldade de organização de espaços formativos sobre a sexualidade de pessoas com deficiência intelectual. As raras iniciativas de incursão dessas temáticas em ambiente educativo parecem esvaziadas de princípios epistemológicos que potencializem a máxima expressão do desenvolvimento humano. O cerne é o currículo prescrito, fortemente impregnado pela noção de que sexualidade se vincula exclusivamente as dimensões preventivas e anatômicas/fisiológicas, apartado da vida e dos anseios dos indivíduos, aos quais se destinam o processo educativo. Não descartamos a importância do ensino dos aspectos biológicos, pois essa dimensão também constitui os indivíduos e compreende o patrimônio cultural científico historicamente desenvolvido pela humanidade, mas, entendemos que as questões relacionadas a sexualidade humana estão muito mais embrenhadas de aspectos semióticos/culturais (afetos, contatos, trocas, regras, autorregulação, conhecimentos de si e do outro) do que de orgânicos.

⁶ Na tradição marxista a emancipação vincula-se a superação da alienação e a conscientização por parte dos sujeitos. Uma educação emancipadora é aquela que oportuniza aos indivíduos o acesso irrestrito ao patrimônio cognitivo, artístico e tecnológico erigido pela humanidade no decurso da história.

Urge aos pesquisadores das áreas de sexualidade e gênero enveredarem esforços para estabelecer uma educação em sexualidade com deficiência intelectual assentada em outras bases epistemológicas, que se vincule a um projeto de indivíduo e sociedade vislumbrando a emancipação. Uma educação em sexualidade: a) entremeada à vida material/concreta dos sujeitos; b) desvinculada de concepções que precarizem o desenvolvimento da pessoa com deficiência; c) despojada de noções naturalizantes e reducionistas de corpo, afeto e erotismo; e, d) atenta às peculiaridades de desenvolvimento que atravessam a deficiência a adolescência.

REFERÊNCIAS

ABREU, F. & SILVA, D. **Surdez e homossexualidade**. Rio de Janeiro: Apeku, 2021.

ALBUQUERQUE, P. **A sexualidade como aspecto inclusivo: uma proposta de intervenção para pais e professores de jovens com deficiência intelectual**. 2007. 170f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos/SP, 2007.

AMARAL, M. **Sexualidade e deficiência mental: impacto de um programa de orientação para famílias**. 2004. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de São Carlos/SP, 2004.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão - Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei 13.146/15**. Presidência da República: Subchefia de Assuntos Jurídicos.

CERQUEIRA, D.; COELHO, D.; FERREIRA, H. **Estupro no Brasil: vítimas, autores, fatores situacionais e evolução das notificações no sistema de saúde entre 2011 e 2014**. Rio de Janeiro: IPEA; 2017.

FÉLIX, I.; MARQUES, A. **E nós...somos diferentes? Sexualidade e educação sexual na deficiência mental**. Lisboa: GRAFIS, 1995.

FERREIRA, W. Vulnerabilidade à violência sexual no contexto da escola inclusiva: reflexão sobre a invisibilidade da pessoa como deficiência. **Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, 6(2), 120-136, 2008.

GIAMI, A. **O anjo e a fera: sexualidade, deficiência mental e instituição**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

GLAT, R.; FREITAS, R. **Sexualidade e deficiência mental: pesquisando, refletindo e debatendo sobre o tema**. Rio de Janeiro: editora 7 letras, 2007.

JANNUZZI, G. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2012.

KRUGER, K. **Sexualidade e deficiência intelectual: uma proposta de criação de material didático-pedagógico para intervenção escolar no município de Araraquara – São Paulo – Brasil**. 2017. 180f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista/SP, 2017.

MAIA, A. C. **Sexualidade e deficiência**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

MAIA, A. C.; RIBEIRO, P. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 16(2), 159-176, 2010.

MELO, M. **Educação sexual de deficientes mentais: experiências de professoras do ensino fundamental de Aracaju**. 2004. 180f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Sergipe/SE, 2004.

MESSINA, G. Investigación em o investigación acerca de La formación docente: um estado del arte em los noventa. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 16, p. 145- 207, 1999.

MILITÃO, A. **A visão de pais e professores sobre a sexualidade de pessoas portadoras de deficiência mental**. 1991. 187f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro/RJ, 1999.

MORALES, A. **Apropriação de práticas sociais relativas à sexualidade por jovens adultos com diagnóstico de deficiência intelectual**. 2008. 73f. Dissertação (Mestrado em Saúde) –Universidade Estadual de Campinas/SP, 2008.

OLIVEIRA, J. **Assexuados, libidinosos ou um paradoxo sexual? Gênero e sexualidade em pessoas com deficiência intelectual**. 2014. 208f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas/SP, 2014.

PALIARIN, F. **Sexualidade e deficiências: dando vozes aos adolescentes por meio de oficinas pedagógicas**. 2015. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) – Universidade Estadual Paulista/SP, 2015.

PESSOTTI, Isaias. **Deficiência mental: da superstição a ciência**. São Paulo: EDUSP, 1994.

RÉGIS, H. **Mulheres com deficiência intelectual e a esterilização involuntária: de quem é esse corpo?** 2013. 288f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina/SC, 2013.

REQUIÃO, M. As mudanças na capacidade e a inclusão da tomada de decisão apoiada a partir do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Revista de Direito Civil Contemporâneo**, 6, 1-17, 2016.

RIBEIRO, H. **Orientação sexual e deficiência mental: estudos acerca da implementação de uma programação**. 1995. 340f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo/SP, 1995.

SANTOS, L. **Deficiência mental: violência sexual e aborto legal**. 2015. 76f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade de Brasília/DF, 2015.

SANTOS, M. **Sexualidade da pessoa com deficiência mental: entre discursos de verdade e a possibilidade de outras práticas de si**. 2007. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, MS 2007.

SHIAVON, D. **“Não deficiencie a minha sexualidade”:** repensando a sexualidade de pessoas com deficiência intelectual por meio de oficinas pedagógicas. 2018. 102f. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) - Universidade Estadual Paulista/SP, 2018.

SILVA, A. **Acolhimento às mulheres com deficiência mental vítimas de violência sexual**. 2016. 58f. (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Estadual da Paraíba/PB 2016.

SODELI, F. **Questões invisíveis e as histórias contadas por jovens: deficiência intelectual e vulnerabilidade ao HIV/AIDS**. 2010. 156f. Dissertação (Mestrado em Distúrbios) – Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP, 2010.

SOUZA, C; FILIPPO, D; CASADO, E. Crescimento da atividade científica nas universidades federais brasileiras: análise por áreas temáticas. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), 23(1), 126-156, 2018.

SPROVIERI, M. H; ASSUMPÇÃO, F. **Deficiência mental: sexualidade e família**. São Paulo: Manole, 2005.

UNBEHAUM, S. **As questões de gênero na formação inicial de docentes: tensões no campo da educação**. 2014. 250f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP, 2014.

VIEIRA, A. **Educação sexual: jogo educativo para aprendizagem de alunos com deficiência**. 2017. 135f. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Universidade do Grande Rio/RJ, 2017.

VIGOTSKI, L. **Psicologia pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.



WANDERER, A. **Violência intrafamiliar contra pessoas com deficiência: discutindo vulnerabilidade, exclusão social e as contribuições da psicologia.** 2012. 182f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Brasília/DF, 2012.

Recebido em: 28 de outubro de 2021.
Aprovado em: 26 de outubro de 2022.
Publicado em: 10 de janeiro de 2023.

